

JANAÍNA TAMYÊ BONANI SAKUMOTO

**A INTERFERÊNCIA DO PRECONCEITO LINGUÍSTICA  
NA PUBLICAÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS DE MÃOS  
INÁBEIS: análise de *Quarto de despejo: diário de uma  
favelada*, de Carolina Maria de Jesus**



JANAÍNA TAMYÊ BONANI SAKUMOTO

**A INTERFERÊNCIA DO PRECONCEITO  
LINGUÍSTICO NA PUBLICAÇÃO DE OBRAS  
LITERÁRIAS DE MÃOS INÁBEIS: análise de  
*Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de  
Carolina Maria de Jesus**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Conselho de Curso de Letras,  
da Faculdade de Ciências e Letras –  
Unesp/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em 2023.

**Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gladis Massini-  
Cagliari**

ARARAQUARA – S.P.  
2023

S158i	<p>Sakumoto, Janaína Tamyê Bonani</p> <p>A interferência do preconceito linguístico na publicação de obras literárias de mãos inábeis: análise de Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus / Janaína Tamyê Bonani Sakumoto. -- Araraquara, 2023</p> <p>31 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Letras) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara</p> <p>Orientadora: Gladis Massini-Cagliari</p> <p>1. Linguística. 2. Preconceito Linguístico. 3. Oralidade e escrita. 4. Carolina Maria de Jesus. 5. Desvios da norma padrão. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JANAÍNA TAMYÊ BONANI SAKUMOTO

**A INTERFERÊNCIA DO PRECONCEITO  
LINGUÍSTICO NA PUBLICAÇÃO DE OBRAS  
LITERÁRIAS DE MÃOS INÁBEIS:** análise de  
*Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina  
Maria de Jesus

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Conselho de Curso de Letras,  
da Faculdade de Ciências e Letras –  
Unesp/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em 2023.

**Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gladis Massini-  
Cagliari**

Data da defesa/entrega: 01/02/2023

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gladis Massini-Cagliari**  
(UNESP).

---

**Membro Titular: Prof. Dr. André Luiz Machado**  
(UNESP).

---

**Membro Titular: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Débora Aparecida dos Reis Justo Barreto**  
(UNESP).

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
**UNESP – Campus de Araraquara**

*Ao Rafael Uemura, que não pôde vivenciar estes anos de alegria comigo, mas que sempre esteve presente em meus pensamentos e minhas orações.*

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Gladis Massini-Cagliari pela orientação e pelo excelente trabalho que faz na área da Linguística.

Agradeço aos meus familiares, em especial minha mãe, minha irmã Karen, minha vizinha e meu tio Neco, por fazerem o impossível para que meus sonhos fossem possíveis e por sempre me incentivarem a realizá-los.

Aos meus amigos que cultivei neste período, Gabriel Drumond, Giovanna Julio e Laura Santos, por estarem presentes nesses anos e por todo companheirismo, fazendo dessa fase mais feliz.

Por fim, agradeço aos grandes profissionais e professores Fábio Itasiki e Daiane Stevanatto, por me darem oportunidades, confiarem no meu trabalho e me ensinarem não apenas sobre a construção de um texto, mas também a ser cada vez mais humana dentro da sala de aula.

## RESUMO

Este trabalho pretende analisar a obra *Quarto de Despejo, Diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, buscando observar como o preconceito linguístico interfere na construção da imagem da obra e da autora. Para isso, a escrita de Carolina, baseada na oralidade, foi examinada, procurando perceber como foi recebida e como as alterações e não alterações podem ser compreendidas à vista do preconceito linguístico, o qual atinge, majoritariamente, a linguagem de grupos marginalizados nos quais a autora se insere.

**Palavras-chave:** preconceito linguístico; Carolina Maria de Jesus; Linguagem.

## RESUMEN

Este trabajo pretende analizar la obra *Quarto de Despejo, Diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, buscando observar cómo el prejuicio lingüístico interfiere en la construcción de la imagen de la obra y de la autora. Para ello, se examinó la escritura de Carolina, basada en la oralidad, tratando de comprender cómo fue recibida y cómo se pueden entender los cambios y los no cambios frente al prejuicio lingüístico, que afecta, en su mayoría, el lenguaje de los grupos marginados en los que se encuentran la autora.

**Palavras-chave:** prejuicio lingüístico; Carolina Maria de Jesus; Lenguaje.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>7</b>
<b>2.1.</b>	<b>OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS</b>	<b>7</b>
<b>2.2.</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>8</b>
<b>2.3.</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>14</b>
<b>2.4.</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>27</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>29</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa busca analisar as primeiras 34 páginas do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014), de Carolina Maria de Jesus, visando compreender se o preconceito linguístico interferiu ou não na imagem construída sobre a obra da autora e na sua divulgação, e, em caso positivo, quais foram e como se deram tais interferências.

Sendo assim, o objetivo central da pesquisa é investigar se há a interferência do preconceito linguístico na publicação de obras literárias de mãos inábeis, tendo, como objeto, o livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (2014). A escolha deste se deu mediante a possibilidade de tal preconceito ter interferido na imagem da autora e na decisão dos editores de manterem ou não a escrita original de Carolina, o que levou ao questionamento se a manutenção da grafia original ocasionaria ou não na conservação desse tipo de discriminação de figuras marginalizadas.

Esta forma de discriminação, como descreve Bagno (2003), deve-se a relações de poder estabelecidas na e pela sociedade, uma vez que algumas variações, dependendo da classe social que as emitem, são consideradas “[...] erros mais “errados” (ou mais “crassos”) do que outros” (BAGNO, 2003, p. 28). Ou seja, observar-se-á adiante, com a análise dos desvios gramaticais encontrados no livro e de acordo com Bagno (2003) e outras referências, que há uma escala de erros mais e menos aceitáveis, mas que isso será sempre motivado pelo prestígio social do falante da enunciação.

Logo, cabe ao presente trabalho examinar o livro de Carolina Maria de Jesus (2014), no que diz respeito ao preconceito linguístico, a partir dos desvios encontrados na obra, procurando entender, com isso, a ideia que Bagno (2003) propõe, de acordo com a qual pessoas com baixo poder aquisitivo, além de serem excluídas de tudo aquilo que o dinheiro proporciona, também são excluídas do poder de falar. Assim sendo, buscar-se-á compreender como essa discriminação não só dificulta a aceitação de que a língua não é estática, mas também traduz um pensamento elitista, o qual é intensificado pelas escolas com o uso da Gramática Normativa.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1. OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS

Considerando que, segundo Bagno (2003), a norma-padrão, há muito tempo, deixou de ser um instrumento de regulamentação da língua, passando a ser um meio de opressão ideológica, preconceito e discriminação, ao se deparar com a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014), de Carolina Maria de Jesus, a nota dos editores e o prefácio escrito por Audálio Dantas, “descobridor” de Carolina, chamaram a atenção:

Nota dos editores:

Esta edição respeita fielmente a linguagem da autora, que muitas vezes contraria a gramática, incluindo a grafia e a acentuação das palavras, mas que por isso mesmo traduz com realismo a forma de o povo enxergar e expressar seu mundo. (*Quarto de despejo: Diário de uma favelada*, edição de 2014, p. 09)

No tratamento que dei ao original, muitas vezes, por excessiva presença, a *Amarela* saiu de cena, mas não de modo a diminuir a sua importância na tragédia favelada. Mexi, também, na pontuação, assim como em algumas palavras cuja grafia poderia levar à incompreensão da leitura. E foi só, até a última linha. (DANTAS, Audálio. A atualidade do mundo de Carolina. In: JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014, p. 07)

Ambos os expostos fizeram-se notar, uma vez que não seria necessário um aviso sobre tal atitude, já que quem lesse o livro a perceberia intuitivamente. A partir disso e da análise da obra, o objetivo foi traçado: discutir a decisão dos editores de manter/intervir na grafia original da autora, à luz da noção de preconceito linguístico. Mais especificamente, houve três questões norteadoras da pesquisa, em que se buscou mais uma reflexão do que uma resposta, sendo elas:

- I. Carolina Maria de Jesus é ou não uma “mão inábil”<sup>1</sup>?
- II. O preconceito linguístico interfere na decisão dos editores de manterem ou não a grafia original da escritora?
- III. A conservação da grafia original ocasionaria ou não na manutenção desse tipo de preconceito aos grupos marginalizados, nos quais Carolina se insere?

---

<sup>1</sup> Conforme Santiago (2019, p. 27), denominamos aqui “mãos inábeis” os escreventes com “grau de domínio da técnica de escrita de redatores estacionados em níveis iniciais de aquisição da escrita”.

Portanto, examinou-se, a partir do que foi exposto, questões linguísticas que induziram Carolina Maria de Jesus aos desvios condenados pela Gramática Normativa.

## 2.2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao se pensar no livro de Carolina Maria de Jesus à luz do preconceito linguístico, é importante considerar, primeiramente, algumas questões: a definição de norma culta e sistema de escrita e o que seria o preconceito linguístico.

Em *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*, Marcos Bagno (2003) faz uma distinção do conceito de “norma culta”, mostrando que esta possui um caráter duplo. Em um primeiro sentido, tratar-se-ia “norma culta” para o que é de uso corrente de cidadãos mais favorecidos (os considerados “falantes cultos”) das cinco maiores cidades do país (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), isto é, pessoas que têm “escolaridade superior completa e antecedentes biográficos-culturais urbanos” (BAGNO, 2003, p. 51). Já em um segundo sentido (pelo qual se interessa esta pesquisa), “norma culta” seria o conceito, carregado de preconceito, em que haveria uma única forma “certa” de se falar o português, a qual se aprenderia na escola com as gramáticas normativas. O autor chama a atenção apontando que tais gramáticas teriam as regras e os preceitos baseados exclusivamente na escrita literária, sobretudo em obras literárias do passado.

Nessa perspectiva, Carlos Alberto Faraco (2008), na introdução do livro *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*, conceitua “norma culta” sob três perspectivas, defendendo que o termo, ao se difundir em espaços não universitários, adquiriu imprecisão semântica. Nesse contexto, o autor expressa que há uma confusão de “norma culta” com “gramática”, com “norma-padrão” e com “expressão escrita”. No primeiro caso, Faraco (2008) aponta que norma culta adquiriria significado como sinônimo de gramática, pensando que “gramática” seria o ensino disponível na escola, o qual abordaria o estudo das nomenclaturas, dos conceitos e das classificações subordinados às práticas de leitura, escrita e fala. Essa confusão ocorreu porque, segundo Faraco (2008), com o estruturalismo linguístico, que ocorria na Europa e nos Estados Unidos, houve uma crítica ao saber gramatical tradicional, visto que este não levava em conta questões como leitura, escrita e fala,

tendo por foco apenas preceitos do que os gramáticos propunham como certo e análises do tipo morfológica e sintática. Sobre isso, o autor esclarece:

Nesse contexto, passou a ser “politicamente incorreto” dizer que se ensinava gramática (ou que era importante ou necessário seu ensino). Como, no entanto, o ensino de português (respeitadas as exceções) não se alterou substancialmente nessa conjuntura (a crítica ao saber tradicional alcançou o discurso, mas não, de fato, a prática pedagógica (...), foi preciso enfrentar a depreciação semântica do termo *gramática* e encontrar um novo nome para o velho saber e as velhas práticas. (FARACO, 2008, p. 23)

Em relação ao segundo caso, a confusão existente entre “norma culta” e “norma-padrão”, Faraco (2008) aponta que “norma culta” era designada como o conjunto de preceitos da antiga tradição, a qual era conservadora e “pseudopurista”. Nessa circunstância, o termo não considerava qualquer visão histórica e ganhou um caráter ditatorial, isto é: “‘não aceita’, ‘não admite’, ‘condena’, ‘proíbe’, ‘insistem em’ este ou aquele uso.” (FARACO, 2008, p.24). Essa ideia de “norma culta” foi usada, de acordo com o autor, como um instrumento capaz de desqualificar pessoas que não possuíssem acesso a ele, reforçando a forte divisão social brasileira, a qual foi, e ainda é, baseada em termos econômicos, sociais, culturais e linguísticos.

Por fim, o autor apresenta a terceira confusão, entre “norma culta” e “expressão escrita”, em que ambos seriam sinônimos, ou seja, saber-se-ia a “norma culta” sabendo, como coloca o autor, “escrever com correção, lógica e riqueza vocabular.” (FARACO, 2008, p.26). Nesse caso, o ato de escrever seria limitado, de acordo com Faraco (2008), apenas a uma das variedades da língua, sendo que nela há várias outras variedades. Diante disso, o autor coloca como essas confusões prejudicam a questão da língua no país, causando não apenas problemas na compreensão e na educação, mas também gerando discriminações sociais e violências simbólicas.

Diante disso, é importante entender o que é o sistema de escrita. Para isso, retoma-se o que Cagliari (1999b) abordou em *Sob o signo da ortografia*, relatando que o alfabeto foi uma ótima invenção, porém não considerava as inúmeras variações linguísticas e com elas todas as variações de pronúncias das palavras. Dessa forma, para resolver o problema, o autor teoriza que a ortografia apareceu, “congelando”, assim, as formas de escrever as palavras. Com isso, foi possível

neutralizar as variações linguísticas, isto é, impôs-se uma única forma para se escrever uma palavra que pode ser pronunciada de diferentes modos:

Mais importante do que a forma gráfica dos caracteres é a maneira como eles representam as palavras da fala. As letras do alfabeto perderam esta função, que foi assumida pela ortografia. As letras, dentro das palavras, deixaram de representar apenas os sons indicados pelos seus nomes [...]. A ortografia introduziu novos valores, não mais controlados pelo alfabeto, mas pela própria ortografia. O sistema alfabético poderia ser excelente (como de fato o é) para se ter na escrita uma cópia exata da pronúncia do falante. As línguas, porém, apresentam muitos dialetos, pronúncias diferentes para as palavras. Representar estas diferenças seria criar problemas sérios de leitura e de uso da escrita na sociedade. A ortografia assumiu a escrita das palavras para neutralizar estas variações e estabelecer um padrão de escrita que fosse único para todos os falantes, independentemente da maneira como cada um fala o seu dialeto. (CAGLIARI, 1999b, p. 98)

Assim sendo, Cagliari (1999b) defende que alfabeto e ortografia definem o sistema de escrita brasileiro e que o objetivo desse sistema é trazer uma forma gráfica que possibilite a leitura. O autor explica que este sistema privilegia uma forma sobre outras existentes, criando, assim, a ortografia. Essa escolha é definida a partir dos valores que a sociedade estabelece para diferentes dialetos, escolhendo um como norma culta.

Com a publicação do livro, em 1999, *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*, Marcos Bagno possibilitou a reflexão de um tipo de discriminação que ocorre sutilmente dentro da sociedade e que é motivada por preconceitos sociais e econômicos, no entanto, que não é vista nem discutida com a atenção que merece. Nessa obra, Bagno (2007) convida os leitores a refletirem sobre os mitos formadores desse preconceito, trazendo algumas frases popularmente conhecidas e difundidas, e os três elementos que perpetuam tal discriminação. Diante disso, o autor define que o preconceito linguístico seria todo juízo de valor negativo atribuído às variedades linguísticas de menor prestígio social, alimentado pela Gramática Tradicional, pelo Ensino Tradicional e pelos livros didáticos.

Esses três últimos elementos, além de serem os perpetuadores da discriminação, seriam os responsáveis pela confusão existente entre língua e gramática normativa (BAGNO, 2007, p. 09-10):

A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser autoritariamente aplicada a todo o resto da língua — afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto do seu volume total. Mas é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico. (BAGNO, 2007, p. 09-10)

Sendo assim, o que se percebe, e é teorizado por Bagno (2003; 2007), é que as bases do preconceito linguístico foram feitas a partir da ideia de “norma culta” ser a única maneira “correta” de se falar a língua, impondo, justamente, essa dicotomia entre “certo” e “errado”:

Por isso, até hoje, as pessoas julgam a língua falada usando como instrumento de medição a língua escrita literária mais consagrada: qualquer regra linguística que não esteja presente na grande literatura (e como são numerosas essas regras!) é imediatamente tachada de “erro”. (BAGNO, 2003, p. 46-47)

Maurizio Gnerre (2009), em sua obra *Linguagem, escrita e poder*, aborda que a função da linguagem não é somente promover a comunicação, mas, e acima de tudo, mostrar ao ouvinte a posição social do falante e vice-versa. Com isso, Gnerre (2009) traz uma perspectiva histórica da língua, mostrando que a primazia de uma variedade sobre outra significava, e ainda significa, a afirmação de poder e a dominação de um e/ou outro povo:

Fernão de Oliveira, na introdução da sua gramática de 1536, mencionava a expansão da língua portuguesa entre os povos das terras descobertas e conquistadas. Foi João de Barros, porém, que realmente considerou o papel da língua portuguesa na expansão colonial. (...) Quer dizer, a língua será o instrumento para perpetuar a presença portuguesa, também quando a dominação acabe. (GNERRE, 2009, p. 13-14)

Trazendo a questão para a atualidade, o autor aponta que, ao impor uma variedade sobre outras, a questão social que ocorria no passado perpetua-se no presente. Em outras palavras, poder-se-ia pensar que, sabendo que grande parte da população brasileira não tem acesso à variedade padrão da língua e que é esta a que se tenta fazer prevalecer, além de causar a exclusão de comunidades que não a

dominam, leva-se à reafirmação da identidade da pequena parcela social que possui acesso a essa linguagem. Gnerre (2009, p. 6-7) esclarece que:

Uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos “internos”, quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos “externos” pelo prestígio das línguas no plano internacional. (GNERRE, 2009, p. 6-7)

Desse modo, a linguagem, além de outras questões, seria também um instrumento influente para o bloqueio de pessoas excluídas na ascensão de poder:

Segundo os princípios democráticos nenhuma discriminação dos indivíduos tem razão de ser, com base em critérios de raça, religião, credo político. A única brecha deixada aberta para a discriminação é aquela que se baseia nos critérios da linguagem e da educação. (GNERRE, 2009, p. 25)

Ademais, Marli Quadros Leite (2022), em sua obra *Preconceito e intolerância na linguagem*, aborda a diferença entre os dois conceitos, confirmando o que foi posto acima: a intolerância na linguagem não gera incômodo como a religiosa, a política e a de outros tipos, passando despercebida, o que faz com que se pense que ela não existe. No entanto, a autora aponta que esta categoria é tão violenta como as demais, atingindo as individualidades:

A linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas. (LEITE, 2022, p. 13)

Dessa forma, Leite (2022) observa que essa atitude não pode ser vista somente pertencente ao domínio da linguagem, visto que toda linguagem carrega uma ideologia, consciente ou inconscientemente. Ou seja, a linguagem intolerante mostraria outros preconceitos de outras ordens: social, política, religiosa, econômica, racial, etc. Assim como esses outros preconceitos e outras intolerâncias, o preconceito e a intolerância linguísticos teriam como objetivo homogeneizar as diversidades, desrespeitando as integridades individuais (LEITE, 2022).

Nesse sentido, a autora distingue os dois conceitos, esclarecendo que preconceito seria a ideia, a opinião ou o sentimento que leva à intolerância. Esclarecendo, Leite (2022) coloca:

(...) o traço semântico mais forte registrado no sentido de *intolerância* é o de ser um *comportamento*, uma *reação explícita* a uma ideia ou opinião contra a qual se pode objetar. Não constitui simplesmente uma discordância tácita. Um *preconceito*, ao contrário, pode existir sem jamais se revelar e, por isso, existe antes da crítica. (LEITE, 2022, p. 20)

Diante disso, entende-se que o preconceito, que seria implícito, leva o sujeito a construir e manifestar intolerâncias, as quais seriam claras e explícitas. Em ambos, ter-se-ia como convergência a não aceitação das diversidades. Assim, Leite (2022) afirma que o preconceito seria construído a partir do que foi “assimilado culturalmente ou plasmado em irracionalidades, emoções e sentimentos.” (LEITE, 2022, p. 22), sendo, portanto, produto da tradição, do costume ou da autoridade.

Sendo assim, a autora traz a ideia de Rouanet (2003 *apud* LEITE, 2022, p. 26) de que comportamentos intolerantes são motivados por fatores externos, no caso questões sociais, fazendo com que uns não aceitem outros devido às diferenças:

As diferenças linguísticas relacionadas a esses fatores unem os homens de mesmo estrato social e separam os diferentes. A linguagem é importante fator de identidade e de segregação porque denuncia diferenças desde que o homem começou a falar. (LEITE, 2022, p. 26)

Além disso, no mesmo capítulo do livro, a autora reflete sobre o preconceito e o discurso, mostrando que o primeiro pode ser um recurso argumentativo no segundo. Isso ocorreria quando as particularidades de um indivíduo são ampliadas aos seus atos de fala:

Para exemplificar, podemos lembrar algumas situações: quando alguém honesto, sincero e inteligente for considerado sempre “desinteligente” por usar linguagem popular; quando se considerar sempre que as pessoas pobres e humildes não têm assuntos importantes a falar, ou que são elas que usam as palavras impróprias e erradas e que, ao contrário, os ricos são inteligentes, têm o que dizer e nunca usam palavras trocadas e erradas; quando se pensa

que os menos favorecidos economicamente têm linguagem menos elaborada. (LEITE, 2022, p. 28)

Nesse sentido, buscar-se-á entender, com a ideia de norma culta e sistema de escrita, como os desvios encontrados no livro de Carolina Maria de Jesus podem ser vistos sob a perspectiva do preconceito linguístico e o que isso traria à publicação da obra e da imagem da autora de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

### 2.3. METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir de três etapas de desenvolvimento. A primeira consistiu em realizar o levantamento quantitativo dos fenômenos não padrão de linguagem e representação de linguagem, conservados pelos editores do livro em questão, nas primeiras 34 páginas. A partir disso, montou-se uma tabela, pelo programa *Excel*, com os diferentes tipos de ocorrências encontradas, como falta de acento circunflexo, falta de acento agudo, falta do acento grave (crase), “erros” de grafia, concordâncias verbal e nominal, regências verbal e nominal, léxico, uso não padrão da vírgula, justaposição de períodos, truncamento de períodos e falta de outras pontuações, o que facilitou a organização e análise do próximo passo.

Na segunda etapa, realizou-se uma análise qualitativa de cada fenômeno encontrado, verificando se haveria, de fato, um caráter não padrão. Nessa etapa, foram realizados, também, a leitura e o fichamento de bibliografias, tanto sobre teorias da Linguística quanto textos relacionados à obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* e à escritora Carolina Maria de Jesus, os quais foram de suma importância para a análise e discussão do que foi proposto na pesquisa.

Por fim, entrou-se na última parte, que consistiu em uma discussão sobre a decisão dos editores frente à escrita de uma autora, moradora de favela e ex-catadora de lixo, buscando compreender o que essa escolha poderia revelar diante da interferência do preconceito linguístico. Cabe mencionar que esse debate foi motivado por haver, logo no início da obra, uma nota dos editores, na qual há a mensagem de que a edição respeitou fielmente a linguagem da escritora, que, muitas vezes, contraria a gramática, com destaque à grafia e à acentuação. Isso resultou em alguns questionamentos, os quais passaram a ser o objetivo central do estudo.

## 2.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa, foram analisadas as 34 primeiras páginas do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014), de Carolina Maria de Jesus, sendo encontrados 565 desvios de caráter sintático e morfológico, os quais foram todos mapeados de forma quantitativa. Dessa forma, nesta etapa, será realizada a discussão qualitativa de tais fenômenos, a começar trazendo exemplos dos fenômenos a serem discutidos, buscando ficar mais ilustrativo. Em seguida, será apresentada a tabela exibindo o nome do fenômeno mapeado e a quantidade de vezes que esse apareceu nas páginas analisadas.

Sendo assim, ao longo das páginas, foram encontrados desvios de acentuação gráfica, tais como falta do acento circunflexo, falta do acento agudo e falta da crase:

(1)

O onibus atirou um garoto na calçada e a turba afluiu-se. (DE JESUS, 2014, p. 11, grifo nosso)

A minha filha Vera Eunice dizia: \_ Vai buscar agua mamãe! (DE JESUS, 2014, p. 11, grifo nosso)

As vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. (DE JESUS, 2014, p. 16, grifo nosso)

Além desses tipos, encontram-se também fenômenos de concordância, regência e léxico:

(2)

Depois que veio os aborrecimentos. (DE JESUS, 2014, p. 15, grifo nosso)

\_ Tem mulher que diz saber criar os filhos, mas algumas tem filhos na cadeia classificado como mau elemento. (DE JESUS, 2014, p. 16, grifo nosso)

Ele está lhe espancando. (DE JESUS, 2014, p. 14, grifo nosso)

Tenho a impressão (de) que são anjos que cantam. (DE JESUS, 2014, p. 34, grifo nosso)

Nem ouvi o final da peça. (DE JESUS, 2014, p. 25, grifo nosso)

Há também questões de pontuação, como truncamento de períodos, justaposição de períodos, uso não padrão da vírgula e falta de outras pontuações, como, por exemplo, da vírgula:

(3)

Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha (DE JESUS, 2014, p. 12, grifo nosso)

A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender (DE JESUS, 2014, p. 12, grifo nosso, grifo nosso)

E eu,  não sabia! (DE JESUS, 2014, p. 14, grifo nosso)

A D. Rosa,  assim que viu o meu filho José Carlos começou imprecisar com ele (DE JESUS, 2014, p. 15, grifo nosso)

Para finalizar, há as questões referentes à grafia, no sentido de que é adotada uma forma gráfica que representa a pronúncia da palavra específica, mas que fogem à forma ortográfica canônica:

(4)

Muito inteligente. Mas não tem iducação. (DE JESUS, 2014, p. 15, grifo nosso)

Puis agua no fogão para fazer café. (DE JESUS, 2014, p. 14, grifo nosso)

Comecei a tussir. (DE JESUS, 2014, p. 11, grifo nosso)

Com base nisso, na Tabela 1, estão demonstrados todos os fenômenos encontrados no decorrer das páginas, esboçando o tipo e a quantidade de vezes em que aparecem:

**Tabela 1 - Fenômenos não padrão de linguagem**

Nome do fenômeno	Quantidade
Falta do acento circunflexo	11
Falta do acento agudo	154
Falta do acento grave (crase)	28
Grafia	79
Concordância verbal	85
Concordância nominal	7
Regências	36
Léxico	44
Uso não padrão da vírgula	26
Justaposição de períodos	1
Truncamento de períodos	49
Falta de outras pontuações	45
<b>Total</b>	<b>565</b>

Fonte: Elaboração própria com base em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

Diante disso e buscando dar início à discussão, é importante compreender, a princípio, o contexto de nascimento da autora e o momento de escrita do livro. Carolina Maria de Jesus nasceu em 14 de março de 1914, em Sacramento, uma pequena cidade no interior de Minas Gerais. Filha de João Cândido Veloso e Maria Carolina de Jesus e neta de Benedicto José da Silva (pai da mãe), um ex-escravo, originário da província de Cabinda (Angola), que recebeu a alforria do dono (FARIAS, 2018). Cabe destacar que, quando a escritora nasceu, fazia apenas 26

anos que a Lei Áurea havia sido implantada no Brasil, o que ocasionava no preconceito racial ser muito mais forte do que hoje. Ademais, a Abolição proporcionou uma falsa liberdade, já que os negros continuaram a ser explorados pelo trabalho braçal pesado e pelo ínfimo salário. Sobre isso, Farias (2018) esclarece:

[...] os negros mineiros desse período do desenvolvimento de Sacramento, cidade pioneira, continuaram à margem da sociedade local, explorados de todas as maneiras e conveniências, sem direitos, como no tempo do escravagismo. Práticas antigas de exploração da população negra se mantiveram com outra roupagem, mostrando o desnível social, o cunho de poder econômico sobre o humanitário. Os negros viviam acuados, aceitando qualquer migalha, com receio da reação dos brancos. (FARIAS, 2018, p. 18)

Carolina foi a primeira pessoa alfabetizada de sua família, sendo responsável por isso uma patroa branca de sua mãe, que lhe possibilitou frequentar a melhor escola de Sacramento, onde estudou por dois anos, até Maria Carolina precisar sair da cidade e levar a filha (FARIAS, 2018). No entanto, nesse período, a futura escritora aprendeu a ler e escrever, o que permitiu não só a associação e interpretação de letras e palavras, como também seu lugar no mundo. Isso mostra o grande poder da aquisição da escrita e da leitura, como teoriza Petit (2013), na concepção de si mesmo e, conseqüentemente, na construção da subjetividade: “Este espaço criado pela leitura não é uma ilusão. É um espaço psíquico que pode ser o próprio lugar da elaboração ou da reconquista de uma posição de sujeito.” (PETIT, 2013, p. 43). Apesar de tal característica diferenciar Carolina da grande maioria dos negros daquela época, isso pouco importava em seu ambiente de trabalho, visto que os únicos serviços possíveis para mulheres negras eram serviços braçais, em que a escrita e a leitura em nada implicavam (FARIAS, 2018).

Foi em um desses serviços que Carolina encontrou o *Dicionário Prosódico do Brasil e Portugal*, de Antônio José de Carvalho e João de Deus, dicionário esse que, segundo Farias (2018), continha uma lista das unidades lexicais e seus significados, aparecendo, também, a forma recomendada de se pronunciar cada uma dessas. Na realidade, o livro em questão está repleto de preconceito linguístico, já que, como aponta Farias (2018), logo na introdução mostrava que o livro era direcionado “a todos os que desejam falar sem erros de pronúncia, tão vulgares entre as pessoas ainda razoavelmente instruídas” (1895 *apud* FARIAS, 2018, p. 88) e “ao público em

geral e em especial aos que estudam nas escolas a língua portuguesa” (1895 *apud* FARIAS, 2018, p. 88). Além desses fragmentos, há outros do mesmo nível, como, por exemplo: “Só um mau ouvido ou um espírito muito preocupado pode confundir as primeiras vozes de este (pronome), este (substantivo) e esta; as de pê (letra) e pé, e pes (plural de pé).” (1895 *apud* FARIAS, 2018, p. 88) e, posteriormente, “Se em algumas palavras o leitor achar indicada uma prosódia que não é sua, saiba também que em muitíssimos casos admitidos uma prosódia diferente, limitando-nos por brevidade a indicar a nossa preferida ou a que julgamos mais usual ou autorizada.” (1895 *apud* FARIAS, 2018, p. 89). O que Carolina encontrou, em tais trechos, seria o que, futuramente, dar-se-ia no recebimento do público diante de sua escrita, baseada na oralidade.

Dado o panorama geral da vida de Carolina, é importante também apresentar o contexto de publicação do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Em 1958, o jornalista Audálio Dantas, buscando fazer uma reportagem sobre o mau uso de balanços de brinquedo, instalados pela prefeitura, foi até a favela do Canindé, localizada, na época, na margem esquerda do rio Tietê, em São Paulo. Chegando ao local, como conta Farias (2018), encontrou Carolina, que estava brigando com homens adultos que haviam tomado o brinquedo para eles. Naquele momento de estresse, Carolina ameaçou-os dizendo que iria denunciá-los em seu livro. A ameaça chamou a atenção do jornalista, que foi questioná-la sobre tal obra. Em resposta, a futura autora disse-lhe que se tratava do livro que ela estava escrevendo sobre a vida na favela (FARIAS, 2018). Sendo assim, Audálio tomou conhecimento da grande escritora que havia encontrado, levando seus escritos à publicação. Após um mês do encontro, Carolina já havia virado matéria de jornais renomados no Brasil daquela época.

Como aponta Farias (2018), em uma das primeiras aparições de Carolina nos veículos de comunicação, havia a seguinte descrição da autora em matéria assinada por Audálio Dantas: “Catadora de papel, passa fome com filhos pequenos, no barracão infecto, mas sabe ‘ver’ além da lama do terreiro e do zinco da favela.” (FOLHA DA NOITE, 1958, p. 1-8 *apud* FARIAS, 2018, p. 188). Essa seria apenas a primeira de muitas reportagens que tratariam Carolina focalizando em seu lugar de moradia, sua cor de pele ou seu antigo modo de conseguir dinheiro.

O que se pode perceber é que a imprensa usou tais características da autora como forma de chamar a atenção do público, visto que as pessoas vindas da favela,

dada a enorme distância social entre ricos e pobres - ainda maior nos anos 60, eram tidas como “exóticas”, não se misturando com a elite branca endinheirada. Sobre isso, Carolina (2014) traz uma análise muito pertinente em seu livro: “...eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos.” (DE JESUS, 2014, p. 195).

A escrita de Carolina foi recebida com o que Bagno (2007) denomina como “preconceito linguístico”, o qual é motivado por fatores socioeconômicos, como mostra Farias (2018), em reportagens que descreviam a obra e a autora ora como “livro da favelada” (Diário da Tarde, 1960 *apud* FARIAS, 2018, p.214), ora como “autora favelada”. O que se verifica é que isso ocorreu pela autora não ter a grafia baseada na Gramática Normativa, a qual é oriunda do português de Portugal, havendo regras e normas que, majoritariamente, não são usadas pelos falantes do Brasil, mesmo em contextos mais formais. Sobre isso, Bagno (2007) esclarece:

Quando dizemos que no Brasil se fala português, usamos esse nome simplesmente por comodidade e por uma razão histórica, justamente a de termos sido uma colônia de Portugal. Do ponto de vista linguístico, porém, a língua falada no Brasil já tem uma gramática — isto é, tem regras de funcionamento — que cada vez mais se diferencia da gramática da língua falada em Portugal. Por isso os lingüistas (os cientistas da linguagem) preferem usar o termo português brasileiro, por ser mais claro e marcar bem essa diferença. (BAGNO, 2007, p. 24)

Encontram-se, no livro da autora, diversos exemplos do que se entenderia como português brasileiro e que seriam considerados “errados” do ponto de vista estritamente da gramática tradicional. Para elucidar a ideia, têm-se os trechos:

E eu<sub>1</sub> não sabia! (DE JESUS, 2014, p. 14, grifo nosso)  
 E elas<sub>1</sub> tem que mendigar e ainda apanhar. (DE JESUS, 2014, p. 16, grifo nosso)  
 E eu<sub>1</sub> vou lavar as crianças para irem para o leito, porque eu preciso sair. (DE JESUS, 2014, p. 17, grifo nosso)  
 Eu classifico São Paulo assim: O Palacio<sub>1</sub> é a sala de visita. (DE JESUS, 2014, p. 32, grifo nosso)

Nestes, há a separação do sujeito do predicado por meio da vírgula, o que não é permitido tradicionalmente. No entanto, o que se verifica, nesse caso, é o uso não padrão da pontuação para indicar a entonação de uma estrutura tópico-comentário e não sujeito-predicado. Nesse caso, a vírgula estaria sendo usada como

marcador prosódico, que, como descreve Cagliari (2002), seria aquele que regula unidades da prosódia, como, por exemplo, os destaques, a entonação, as pausas, etc., em outras palavras, seriam sinais, na escrita, que fazem referências ao modo como uma pessoa fala (CAGLIARI, 2002). Sabendo disso, é possível compreender que os usos ou não dos sinais de pontuação feitos por Carolina são importantes instrumentos para se interpretar a maneira como o personagem/narrador se expressou. Entretanto, se tais usos, ou falta deles, fossem analisados sob a perspectiva da gramática normativa, seriam classificados como “erros”, provando, mais uma vez, como as regras impostas por essa não abrangem o modo como se fala no português brasileiro.

O uso de pontuações não padrão em textos literários pode ser usado também para indicar o truncamento de pensamentos, como ocorre em:

Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para a Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! (DE JESUS, 2014, p. 12, grifo nosso)  
 Depois que operei, fiquei boa, graças a Deus. E até pude dançar no Carnaval, com minha fantasia de penas. (DE JESUS, 2014, p. 15, grifo nosso)  
 Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. (DE JESUS, 2014, p. 30, grifo nosso)

Nos trechos postos haveria, segundo a gramática normativa, o truncamento de período mediante o uso do ponto final, mas que, na realidade, marca a alteração ou quebra do que estava sendo dito/pensado. Esse truncamento de período é admitido, baseado em Koch (2021), como uma forma de coesão textual, em que relações de sentido são estabelecidas por meio do encadeamento de ideias. Isso ocorre, por exemplo, nos trechos:

Levantei. Obedecia a Vera Eunice. Fui buscar água. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha. (DE JESUS, 2014, p. 12, grifo nosso)  
 A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. (DE JESUS, 2014, p. 12)  
 É um político de cortiço. Que gosta de intriga. Um agitador. (DE JESUS, 2014, p. 15, grifo nosso)  
 Começaram a falar da Rosa. Que ela carregava água desde as 4 horas da madrugada, que ela lavava toda roupa em casa. Que ela precisa pagar 20 cruzeiros por mês. (DE JESUS, 2014, p. 18, grifo nosso)

Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. (DE JESUS, 2014, p. 20, grifo nosso)

Sobre isso, Koch (2021) esclarece:

A justaposição sem partículas, particularmente no texto escrito, extrapola o âmbito da coesão textual, que, como se viu, diz respeito ao modo como os componentes da superfície textual se encontram conectados entre si *através de elementos linguísticos*. Inexistindo tais elementos, cabe ao leitor construir a coerência do texto, estabelecendo mentalmente as relações semânticas e/ou discursivas. Nesses casos, o lugar do conector ou partícula é marcado, na escrita, por sinais de pontuação (vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos, ponto) e, na fala, pelas pausas. (KOCH, 2021, p. 66)

Dessa maneira, entende-se que Carolina utiliza formas de coesão que enriquecem o enredo de seu livro, uma vez que, baseada na oralidade, transcreve níveis conversacionais que se utilizam na língua oral, tendo, portanto, não apenas coesão, mas também coerência.

Em relação à grafia da autora, algumas palavras são escritas obedecendo à pronúncia específica do termo, o que mostra a transposição da oralidade para a escrita, deixando claro como aquela é uma grande mediadora desta. Assim, há diferentes jeitos de se falar/pronunciar uma mesma palavra, o que seria, então, as variações linguísticas. Essas variações, porém, foram “anuladas” com a invenção da ortografia, segundo Cagliari (1999a), a qual cristalizou as diferentes formas de escrita em apenas uma vista como ortograficamente “correta”, com a finalidade de possibilitar a leitura de um vocábulo em qualquer lugar do país. Entretanto, de acordo com Massini-Cagliari (1999), a ortografia trouxe a ideia de que cada palavra só teria uma pronúncia tida como “certa”, o que gera preconceitos dos quais Carolina vivenciou com sua forma de escrever, a qual era baseada na oralidade.

Existem exemplos de *Quarto de despejo* que mostram essa transposição do oral para o escrito:

- (1) Comecei **tussir**. (DE JESUS, 2014, p. 11, grifo nosso)
- (2) Veio a D. Silvia reclamar contra os meus filhos. Que os meus filhos são mal **iducados**. (DE JESUS, 2014, p. 16, grifo nosso)
- (3) O meu **risgistro** geral é 845.936. (DE JESUS, 2014, p. 18, grifo nosso)
- (4) Ela e o esposo tratam-se com **iducação**. (DE JESUS, 2014, p. 22, grifo nosso)

- (5) \_ Está escrevendo, negra **fidida!** (DE JESUS, 2014, p. 26, grifo nosso)
- (6) Ele nos dirigia as suas frases de **viludo.** (DE JESUS, 2014, p. 32, grifo nosso)
- (7) \_ Liga a luz, liga a luz **sinão** eu te quebro a cara. (DE JESUS, 2014, p. 33, grifo nosso)
- (8) Eu estava **discontente** que até cheguei a brigar com o meu filho José Carlos sem motivo. (DE JESUS, 2014, p. 33, grifo nosso)

Em (8), ocorre o fenômeno da neutralização que seria, como propõe Seabra, Nunes, Lazzarotto-Volcão (2011), quando um ou mais fonemas perdem a distinção entre si em certas posições. Nesse caso, há um condicionamento acontecendo: em posição inicial absoluta, diante do /s/ na mesma sílaba, aparece o /i/. Dessa forma, na linguagem oral, fala-se [dʒiskõ'tẽĩtʃi] para o que seria, ortograficamente “correto”, “descontente”, tendo o som de /i/ na primeira sílaba, mas se escrevendo com “e”. O jeito como Carolina escreve poderia ser considerado um alofone de variação livre, ou seja, alterações na articulação do mesmo fonema, ocasionada devido à divergência do registro de fala de cada falante, como propõe Câmara Júnior (2009).

Nos exemplos restantes, o que se percebe é que há uma troca das vogais /o/ e /e/ por, respectivamente, /u/ e /i/, como em “tussir” para o que seria “tossir” e “fidida” para o que seria “fedida”. Câmara Júnior (2009, p. 41) elucida sobre o sistema vocálico do Português Brasileiro falado:

Há uma série de vogais anteriores, com um avanço da parte anterior da língua e a sua elevação gradual, e outra série de vogais posteriores, com um recuo da parte posterior da língua e a sua elevação gradual. Nestas há, como acompanhamento, um arredondamento gradual dos lábios. Entre umas e outras, sem avanço ou elevação apreciável da língua, tem-se a vogal /a/ como vértice mais baixo de um triângulo de base para cima. A articulação da parte anterior, central (ligeiramente anterior) e posterior da língua dá a classificação articulatória de vogais – anteriores, central e posteriores. A elevação gradual da língua, na parte anterior ou posterior, conforme o caso, dá a classificação articulatória de vogal baixa, vogais médias de 1º Grau (abertas), vogais médias de 2º Grau (fechadas) e vogais altas. (CÂMARA JÚNIOR, 2009, p. 41)

Assim, haveria sete vogais, as quais estariam divididas em altas (que seriam /u/ e /i/), médias-altas (sendo /ô/ e /ê/), o que o autor chama de “vogais médias de 2º grau”, médias-baixas (sendo /ó/ e /é/), que seriam as “vogais médias de 1º grau”, e baixa (que seria /a/). Sabendo disso, há os exemplos de (1) a (7), em que ocorre um desvio da norma padrão a partir do uso das vogais /u/ e /i/ no lugar de /o/ e /e/,

respectivamente. Isso caracteriza um fenômeno fonológico que se dá quando ocorre o alçamento da vogal pretônica alta (/u/ e /i/), não fazendo, assim, o uso da vogal média (/o/ e /e/), o que se deve graças à harmonia vocálica. Esta harmonia, de acordo com Câmara Júnior (2009), acontece pela tendência da vogal tônica alta exercer uma ação assimilatória sobre a vogal pretônica, buscando harmonia às alturas de pretônica e tônica.

Além disso, há outros trechos encontrados no livro em que ocorre a transposição da oralidade para a escrita, mas, nesses casos, devido a um fenômeno fonético:

- (1) **Puis** agua no fogão para fazer café. (DE JESUS, 2014, p. 14, grifo nosso)
- (2) Preparei Toddy para as crianças, arrumei os leitos, **puis** feijão no fogo, varri o barraco. (DE JESUS, 2014, p. 18, grifo nosso)
- (3) Todos **nois** temos o nosso dia de alegria. Hoje é o meu! (DE JESUS, 2014, p. 24, grifo nosso)
- (4) O enterro é as **treis** da tarde. (DE JESUS, 2014, p. 34, grifo nosso)

Nos exemplos de (1) a (4), têm-se palavras na posição assilábica, isto é, no lugar da vogal átona estar no centro da sílaba, ela aparece em uma de suas extremidades. Nesse caso, o que ocorre é a alteração desta vogal por outra, levando-se ao fenômeno da ditongação. De acordo com Massini-Cagliari e Cagliari (2012), as vogais ditongadas mudam sua qualidade durante a sua produção, indo de um ponto a outro dentro da área vocálica, mas sendo escritas apenas por uma dessas vogais. Isso pode ser observado nos exemplos apresentados, em que ora se parte de uma altura e chega-se a outra, mantendo a região articulatória, como “treis” (no caso: de média-alta /ê/ para alta /i/ anteriores), ora muda-se tanto a altura como a região de articulação, como “nois” (no caso: de média-baixa posterior /ó/ para alta anterior /i/). Há também a possibilidade da vogal apenas alterar a sua região articulatória, como em (1) e (2), em que “puis” vai de alta posterior - /u/ - para alta anterior - /i/.

Além disso, em relação à grafia de Carolina, em um dos trechos, aparece outro tipo de fenômeno que pode ser explicado pela história da língua portuguesa e suas evoluções:

- (1) Hoje é a Nair Mathias quem começou **impricar** com os meus filhos. (DE JESUS, 2014, p. 14, grifo nosso)
- (2) A D. Rosa, assim que viu o meu filho José Carlos, começou **impricar** com ele. (DE JESUS, 2014, p. 115, grifo nosso)
- (3) Aqui, todas **impricam** comigo. (DE JESUS, 2014, p. 22, grifo nosso)

Sabe-se que o português é uma língua originada do latim, dessa forma, é possível verificar que muitas palavras que tinham a consoante // passaram, com o desenvolver da história, a ser escritas com /r/. Bagno (2006) mostra alguns desses vocábulos que sofreram alterações: *ecclesia* > **igreja**; *plaga* > **praia**; *sclavu* > **escravo**; *fluxu* > **frouxo** (BAGNO, 2006, p.44, grifo nosso). Sendo assim, ao utilizar /pr/ no lugar de /pl/ em “impricar” x “implicar”, Carolina fez uso de uma forma de escrita que está presente no passado da língua e que Câmara Júnior (2009) denomina como um fenômeno, do português brasileiro, chamado “rotacismo”. Essa ocorrência, segundo o autor, é mais característica em falas de grupos de menor prestígio social, o que acontece, como se sabe, pela baixa frequência em instituições escolares, lugares onde se tem acesso à gramática normativa. Tal fato linguístico aconteceria, portanto, quando o // (consoante lateral, dental) é trocado por /r/ (consoante vibrante, alveolar sonora), o que é possível, como teoriza Gayer e Dias (2018), pois, na língua portuguesa, somente as consoantes líquidas - laterais e vibrantes com traços e arranjos comuns - são capazes de se associar com outra consoante na mesma sílaba, levando ao fenômeno em questão.

Diante disso, o que se verifica é que a transposição das palavras da oralidade para a escrita, muitas vezes, faz mais sentido do que a forma cristalizada, isto é, a forma ortograficamente “correta”, uma vez que, como aponta Cagliari (1999a), no sistema da língua portuguesa, as relações entre sons e letras não são equivalentes, em outros dizeres: há palavras que a pronúncia não é capaz de mostrar a forma escrita “correta”. Pode-se pensar, assim, que é o que acontece nos vocábulos dos trechos:

- (1) Eu nunca **chinguei** filhos de ninguém, nunca fui na porta de vocês reclamar contra seus filhos. (DE JESUS, 2014, p. 16, grifo nosso)
- (2) Trabalhei depressa pensando que aquelas bestas humanas são **capás** de invadir o meu barracão e maltratar meus filhos. (DE JESUS, 2014, p. 19, grifo nosso)

(3) Disse que sua mãe era forte, mas que agora lhe **puzeram** feitiço. Que o curador disse que era a feiticeira. (DE JESUS, 2014, p. 26, grifo nosso)

(4) Mas na Camara dos Deputados não criou um **progeto** para beneficiar o favelado. (DE JESUS, 2014, p. 32, grifo nosso)

Com isso, percebe-se que, muitas vezes, as formas ortográficas “corretas” são mais formas decoradas pela memória dos falantes do que formas que se chegam a partir da pronúncia das palavras. Nos casos de (1) a (4), por exemplo, há mais de um morfema para o que representaria o fonema /j/ de “xinguei”, tendo a possibilidade de se usar o /x/ ou o /ch/, e o fonema /ʒ/ de “projeto”, havendo o /j/ e o /g/, o qual diante da vogal /e/ e /i/ possui o mesmo som que /j/. Em (2), a palavra “capaz”, apesar de possuir o som de um /s/ final, por convenção, é escrita com /z/. Na mesma linha de raciocínio tem-se (3) “puseram”, que possui som de /z/, mas é escrito com /s/.

Diante do exposto, tentou-se entender os diferentes fenômenos linguísticos que mediaram a escrita de Carolina Maria de Jesus, a qual é baseada na oralidade e muito próxima da linguagem falada no português brasileiro, até mesmo de pessoas mais instruídas. Cabe ressaltar que os outros fenômenos encontrados em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014) quantificados na Tabela 1, mas que não foram discutidos, serão desenvolvidos, posteriormente, na continuação desta pesquisa (mestrado). Por fim, pode-se ressaltar, retomando o que Faraco (2019) destaca, que a língua é um objeto de identidade e sua dinâmica se dá a partir das relações sociais, logo, se a sociedade é heterogênea, variável e contraditória, assim também é a língua. Logo, a crítica à linguagem do outro, por não estar de acordo com a norma padrão, além de ser um tipo de violência, como cita Leite (2022), é também uma maneira de querer apagar as ricas diversidades presentes na sociedade brasileira.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o levantamento feito, mostra-se que os fenômenos de escrita que fizeram com que Carolina de Jesus fosse tratada como uma “mão inábil” pelo seu editor original são, majoritariamente, do domínio da ortografia, o que mostra a importância dessa dimensão, no uso da escrita, no desencadeamento e na demonstração de preconceito e intolerância linguísticos. Ademais, as questões postas em 2.1 OBJETIVOS E JUSTIFICATIVAS são problemáticas que emergiram, mas que serão discutidas em trabalho posterior, tendo em vista a importância de tais.

Nesse sentido, com as diversas atitudes de alguns professores e gramáticos em desejar estabelecer como as pessoas devem falar ou escrever (PERINI, 2004), desenvolveu-se a ideia da língua ser resultado de regras da Gramática Normativa e de que os falantes são responsáveis por se adaptarem a estas, trazendo, como consequência, o preconceito linguístico. Desse modo, percebe-se que se formou o equívoco de que a língua é a gramática normativa (BAGNO, 2007) e tudo aquilo que foge disso é tratado como “errado” e até ridicularizado. Essa atitude é fortificada com o ensino de Português nas escolas, em que as aulas de Gramática se destinam à classificação de termos e orações descontextualizadas, fazendo com o que os alunos não entendam os processos e a importância da linguagem em suas vidas, levando à continuidade do julgamento de “certo” e “errado”.

Apesar de clara a existência desse tipo de preconceito, ele ainda não é discutido com a atenção que merece, muitas vezes, sendo considerado, segundo Bagno (2007), como um tipo de “preconceito positivo”. Isso pode ser visto ao se deparar com o objeto desta pesquisa, o livro *Quarto de Despejo, diário de uma favelada*, em que há uma série de críticas, as quais não dizem respeito à obra, mas sim, como aponta Farias (2018), à forma em que foi escrita, isto é, em linguagem não padrão. O lado “positivo” desse tipo de discriminação sobre o livro pode ser entendido quando algumas das críticas afirmam que, com a reformulação dentro da norma padrão, a obra poderia ser mais bem aceita e divulgada. Ou seja, essa positividade poderia ser explicada a partir do pensamento de que uma visão discriminatória traria um benefício ao livro: o de ser mais conhecido e vendido. Isso, na verdade, é uma ideia equivocada, mas ainda muito presente e estimulada dentro da sociedade.

Diante disso, o que se espera com a presente pesquisa é trazer cada vez mais a discussão da mutabilidade da língua, pensando que o português brasileiro já possui suas regras de uso as quais são usadas no dia a dia dos falantes, buscando, por fim, levar à reflexão de que na linguagem humana não cabem as ideias de “certo” e “errado” e trazer a cada dia e geração a inclusão dos falantes.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 15.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

CAGLIARI, Luiz Carlos. “Marcadores prosódicos na escrita em obras literárias”, in **Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa, API, 2002, p. 223-232.

\_\_\_\_\_. A ortografia na escola e na vida. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. **Diante das letras: a escrita na alfabetização**. Campinas: Mercado de Letras, 1999a, p. 61-96.

\_\_\_\_\_. Sob o signo da ortografia. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. **Diante das letras: a escrita na alfabetização**. Campinas: Mercado de Letras, 1999b, p. 97-110.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 42.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

DE JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10.ed. São Paulo: Ática, 2014.

FARACO, Carlos Alberto. *História do português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.  
\_\_\_\_\_. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

GAYER, Juliana; DIAS, Ludquellen. O fenômeno variável do rotacismo: uma análise pela Teoria da Otimidade, **Revista Diadorim**, Rio de Janeiro, vol.20, n.2, p. 377-397, 2018.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fonseca, 2009.

KOCH, Ingedore. **A coesão textual**. 22.ed. São Paulo: Contexto, 2021.

LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2022.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Escrita ideográfica & escrita fonográfica. In: MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. **Diante das letras: a escrita na alfabetização**. Campinas: Mercado de Letras, 1999, p. 21-31.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis; CAGLIARI, Luiz Carlos. Fonética. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 9.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

PETIT, Micchèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**. São Paulo: Editora 34, 2013.

PERINI, Mário Alberto. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SANTIAGO, Huda da Silva. **A escrita por mãos inábeis uma proposta de caracterização**. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, p. 1-726, 2019.

SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZZAROTTO-VOLCÃO, Cristiane. **Fonética e fonologia do Português Brasileiro: 2º período**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.